



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DA XI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS ANO 2024

12-11-2024

Ao décimo segundo dia do mês de novembro de dois mil e vinte quatro, os membros do Conselho Municipal de Saúde de Rio das Ostras, realizaram a XI Reunião Ordinária, na sala do CMS situada na Rua Ethelberto Fontes, 290 Jardim Campomar. Tendo como pauta os seguintes assuntos: 1- Aprovação das atas anteriores, 2- Esclarecimentos do transporte de pacientes e suas regularizações (COGA), 3- Plano de Ação da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento dos Serviços de Saúde, 4- Esclarecimento sobre compra da casa par o SAE-RO, 5- Esclarecimento do FMS, sobre a falta de medicamentos de doenças oportunistas de quem vive com HIV, 6- Assuntos Gerais. A reunião teve início com a presença de cinco conselheiros titulares, o s.r. Denilson Santa Rosa, sr. Carlos Eduardo de O. Gomes, sra. Maria Clara A. de Almeida, sra. Luciene B. da S. Furtado e o sr. Eduardo de A. Rodrigues e quatro conselheiros suplentes, sra. Magda A. Rodrigues, sra. Mariângela Alves de Queiroz, sra. Valdirene do C.F. dos Santos, os demais conselheiros justificaram sua ausência. O presidente do conselho o sr. Carlos Eduardo ABEN, iniciou a Reunião com a leitura da pauta, após leitura aprovada as atas anteriores, a sra. Rozineia Pereira (Neinha)-coordenadora do COGA, explicou como funciona a regulação dos exames marcados pelo setor, a conselheira Maria Clara-AVISA, perguntou como é feita a relação dos pacientes agendados para tratamento fora do município, lista de prioridade, quem pode ir no ônibus ou de carro pequeno, citou exemplos de pacientes que podem ter uma tuberculose e não saber porque não foram diagnosticados ou uma covid-assintomático, seria interessante todos irem de máscara e protegidos, para as outras pessoas não serem infectadas, a conselheira Valdirene-Associação Raízes, falou que alguns exames poderia ser feito no Município como exemplo o CTG, para grávidas de alto risco, anteriormente era feito no Centro de Saúde Extensão do Bosque, agora é feito no Rio, e o incomodo que gera em transportar estas gestantes de alto risco numa viagem longa e cansativa, no Hospital tem o aparelho precisa de manutenção, pacientes que fazem alguns procedimentos no Rio, saem de madrugada e chegam tarde em casa, alguns procedimentos poderiam ser feitos em Rio das Ostras, a sra. Rozineia falou que seria muito bom se alguns procedimentos fossem feitos em Rio das Ostras, falou de uma reunião na administração do hospital, perguntaram a demanda da cirurgia ginecologia (especificou as comorbidades), na época tinham 18 pacientes aguardando, hoje tem mais de 200 na fila de espera, o Secretário de Saúde sr. Denilson, falou que outro agravante do Município em relação a instrutura do Hospital, por mais que tenha os leitos do Hospital de Campanha (tenda), dificuldade de acomodar estes pacientes pôs cirurgias, o Município precisa de uma grande reestruturação, construir um anexo definitivo, envolver o Ministério Publico neste processo, problemática da Lei de responsabilidade fiscal, a dificuldade de contratar profissionais de saúde, o Município está fazendo o que for preciso, só de chamamento foram feitos mais de dez especialidades que não há interessados. Citou os atendimentos que a Saúde abriu nesses anos, UPA, Centro Oftalmológico, o Resgate voltou com suas atividades, duas Residências Terapêuticas, CAPISI, mas de dez equipamentos novos, a questão de não poder chamar mais profissionais de saúde, refletiu na saúde, este assunto está sendo tratado em outras esferas também para obter a solução



deste problema, o Município precisa arrecadar mais para que não a extrapole Lei de responsabilidade Fiscal. A conselheira Valdirene referiu-se sobre a cirurgia de cabeça e pescoço, pacientes há mais de cinco anos aguardando, com risco cirúrgico vencido, a justificativa que não tinha anestesista, (neste momento a plenária entrou em discussão, várias pessoas falando da falta de anestesista), perguntaram porque antes de fazer o contrato não fizeram um planejamento, foi respondido que houve um planejamento, o secretario falou que contrato pela PJ é mais rápido que processo seletivo, perguntaram se o contrato da PJ previa contratar anestesista, foi respondido que o município tinha dois, agora não tem nenhum, estão fazendo o que for possível, o conselheiro Eduardo-P.N.S. Conceição, perguntou quando se fala da Lei de responsabilidade fiscal, é falta de prestação de contas anterior, o Secretario respondeu que não, o que o Município arrecada não bate com as contas, chegou ao ponto de enxugar o quadro de funcionários, a folha de pagamento está muito alta. Falaram dos cargos comissionados, o Secretário respondeu, que não necessariamente, chamaram muitos concursados, exemplos da saúde, sra. Denise-participante, falou que na Educação esta cheio de cargos, o Secretario falou que talvez precisa uma reestrutura séria. Continuando dr. Castilho, cito exemplo de quando foi do Controle e Avaliação de outro Município, muitas vezes encaminhava pacientes com anemia para Rio, sendo que tinham especialidades no município para esta questão, as causas de anemias (citou algumas), as vezes um bom nutricionista resolve, se fizer um controle de prevenção não há necessidades de encaminhar para o Rio, existem soluções, Neinha falou que tem uma estatística de atendimentos de todos os pacientes que se tratam fora do município (quantidade e especialidades). A conselheira Luciene-SAE/RO, falou da ficha de referencia dos pacientes removidos para fora do município com indicações e o contraindicado, identificar nesta ficha o tratamento e saber que tipo de transporte agendar, (plenária entrou em debate), o Conselho solicitou o e-mail do COGA, agradeceu a participação da sra. Rozineia. O presidente do Conselho, solicitou uma inversão de pauta, o que seria o Plano de Ação da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento dos Serviços de Saúde, passou para esclarecimento da compra da casa do SAE, a Conselheira Mariângela-ADOTE, explicou o pedido de inversão de pauta porque chegou o responsável pelo Fundo Municipal de Saúde, a Conselheira Luciene-SAE/RO, falou que foi feito todo processo de Compra da Casa SAE o processo estava na mesa do Prefeito, e até o momento não se tem esclarecimento da compra da casa, a conselheira lembrou que na última Reunião que o Secretario esteve presente, ele deixou claro para Bianca e os demais que em novembro começaria os exames específicos para os pacientes do SAE seriam colhidos no próprio programa (SAE), isso não aconteceu, para muitos pacientes é uma situação constrangedora colher sangue em outro local, o Conselheiro Eduardo-P.N.S. Conceição, pediu para não sair da pauta da compra da casa, depois comentaria sobre a coleta de sangue, o Secretario de Saúde Denilson, falou da avaliação de alguns imóveis e os proprietários já deram o aceite, todos os processos foram encaminhados para autorização do Chefe Executivo, o Secretario se comprometeu em buscar as informações e saber o que esta faltando, a Conselheira Maria Clara-AVISA, não entendeu porque estão procurando outras casas se estava tudo certo com a primeira, o Secretario Denilson, falou que o recurso depende do Chefe Executivo, inclusive falou que a casa é muito boa, explicou para busca de imóvel o mais difícil conciliar a documentação do imóvel muito delas não tem documentação, e aceite do proprietário com documentação legal, conseguimos o mais difícil, estão abito para autorização do Chefe Executivo.



Próximo assunto de pauta, esclarecimento do FMS sobre falta de medicamentos de doenças oportunistas de quem vive com HIV, a Conselheira Luciene-SAE, falou que na última reunião que teve com o Conselho Gestor, foi bem explicado sobre isso, só que falta alguns medicamentos, pacientes que participam da roda de conversa questiona, que já tem um tempo sem a medicação e já avisaram os responsáveis e foi solicitado, responsabilidade Municipal. A Coordenadora do FMS, sra. Meirelle conversou com Adriana-responsável pela Farmácia Municipal, para saber qual a relação dos medicamentos que estão faltando, foi informada que o Município recebe estes medicamentos do Estado e o Estado não estava passando, por isso a falta, a Conselheira Maria Clara-AVISA, falou que o município é responsável, a Coordenadora do FMS, disse que não existe processo para compra desta medicação (neste momento a plenária discutiu sobre o assunto), a Conselheira Luciene-SAE, falou que muitos pacientes não tem condições de comprar a medicação e acaba não tomando agravando o quadro clínico, a sra. Denise-participante, perguntou se o Município não tem nada a fazer sobre este assunto, além de cobrar o Estado, ela gostaria de entender se o Estado não traz o medicamento quem é responsável, o Secretário de Saúde Denilson explicou que a Farmácia tem que fazer a comunicação para Secretaria e depois a Secretaria busca informações com os órgãos responsáveis para saber a legalidade em cima desta situação, se o Município vai arcar e depois acionar o Estado, a sra. Denise-participante, alertou o Conselho para tomar providências sobre esta situação, se não é o Município, o Conselho de Saúde tem que achar essa brecha com o Estado, para o Município responsabilizar quem tem que se responsabilizar, o Conselheiro Eduardo-P.N.S. Conceição, perguntou há quanto tempo está sem esta medicação, foi respondido há meses (a plenária entrou em discussão sobre o assunto), a Conselheira Luciene-SAE, explicou como é feito o procedimento de adquirir o medicamento, só que algumas vezes não tem todo medicamento tanto no Município quanto no Estado. A conselheira Magda-ABEN, falou que não conhece qualquer Município que seja processado por comprar medicamento que não tenha na rede, o secretário Denilson falou que o Fundo não recebeu esta demanda de compra, o conselheiro Eduardo-P.N.S. Conceição, falou que o carro que levou alguns conselheiros na Secretaria Estadual, o motorista estava indo buscar dipirona porque não tinha no Hospital, reclamou que demanda nenhuma chega para Secretaria, citou exemplo de um funcionário dele que passou mal (tem HIV) foi para UPA, e lá tinha uma senhora que precisava de uma bolsa de colostomia e não tinha, o medicamento dele mesmo também não tinha, o Secretário Denilson falou que o medicamento de HIV, e fornecido pelo Estado, tento esta problemática a Farmácia tem que comunicar a Secretaria da falta do medicamento, o conselheiro Eduardo- P.N.S.Conceição, falou que já é a terceira ou quarta vez que gera esse assunto dos remédios na reunião do Conselho, e a Secretaria de Saúde sabe disso, quando o conhecimento chega para o Conselho é responsabilidade do Conselho, e se não for feito nada é omissão do Conselho ou seja se a Secretaria sabe da situação que está faltando o medicação e não se faz nada a omissão é de vocês, (neste momento a plenária falou que já foi falado várias vezes sobre a falta de medicamento), o Secretário Denilson disse que são muitos processos, deu um exemplo que o último processo de insumos, quem está de fora não consegui mensurar, o último processo de insumo -pequeno está tramitando desde de 2019, processo com mais de dez mil páginas, no Município tem uma complexidade, o processo vai, tem questionamento quando volta pede para ir para pesquisa, neste período pegamos pós pandemia, mudança



da Lei de Licitação que acabou retroagindo todos os processos para normalizar , o conselheiro Eduardo-P.N.S. Conceição interrompeu a fala do secretário e deu um exemplo que ele é tio de um dono da Farmácia em Casimiro de Abreu, ele cansou de mandar medicamento para o Município de Rio das Ostras, o Secretario retornou sua fala e disse que é só buscar o histórico do processo, a Conselheira Claudia-SEMUSA, falou que a Secretaria de Saúde deveria ser mais autônoma ter um Núcleo de Controle Interno, para facilita o trabalho da Secretaria, porque se dependesse da Secretaria já tinha licitado todos os processos mas depende de outras Secretarias, Denilson disse que havia um decreto de 2017 que determinava que fosse praticado o menor valor, foi feito um levantamento de três anos visto que o Município só comprava 30% do que precisava para Saúde, a Secretaria pediu socorro para o MP, Câmara Municipal, para poder avançar, muito complexo e com o numero de servidores para quantidade de volume processual que a Secretaria de Saúde tem é pouco. A sra. Denise-participante, perguntou se esses pacientes deveriam se juntar e ir para o Ministério Público para aderir a medicação (a plenária entrou em discursão), a conselheira Mariângela-ADOTE, falou que existe falhas, o Estado funciona em relação a relatoria da Procuradoria aqui a culpa é do Município, o Secretario falou que precisa se aprofundar no assunto estão falando de histórico de comprar, a conselheira Claudia-SEMUSA, falou que seria interessante o Conselho perguntar porque a demora no tramite, o conselheiro Eduardo-P.N.S. Conceição perguntou o que o Conselho precisa fazer para ajudar a secretaria de Saúde, o Secretario Denilson disse que isso tudo vem de cima para baixo, a Lei de Licitação o Município segue, como é feito no Município muitas vezes acaba ficando banalizado pelo valor final de uma licitação, então o quadrante fica muito enxuto, deveria ser ao contrário começar mais alto e depois fosse baixando, mas começa pelo valor mais baixo e depois vai aumentando, o Município segue o Decreto, o problema que o Município não consegue licitar. Próximo assunto de pauta, a conselheira e coordenadora da comissão de fiscalização serviços de saúde Mariângela-ADOTE, começou sua fala sobre a importância das parcerias das Comissões do CMS, auditoria da Saúde Bucal, o convite que receberam para estar na Secretaria Estadual, onde foi colocado por determinação do Conselho Nacional de Saúde, que o Município precisa criar uma Comissão Intersetorial de Saúde Bucal (CISB), foi aprovado pelo CES-RJ, muitos nem conhece como funciona, esta é uma Comissão que age através de levantamentos, visitas baseado na legislação, após todo auditoria e averiguação legal, é feito um relatório e encaminhado para executiva em reunião e após para o pleno. Foi dito a necessidade de fazer uma Comissão voltada para questões de Saúde Mental, devido a demanda nesta área, a CISB é uma comissão que não é contra o Governo e sim a favor do Controle Social, se o governo estiver indo contra o controle social isso leva a um embate, é importante a participação dos Conselheiros e serem mais atuantes, o papel do Conselho é recomendar auditar quando necessário, finalizando o conselho não é para ficar batendo no governo e sim tentar achar uma solução independente de governo. Passando para Assuntos Gerais, o presidente Carlos Eduardo, falou que em reunião com a executiva programou para o dia 19 de novembro uma reunião para definir a pauta que não conseguir vencer anteriormente, analise do 2º quadrimestre pela Comissão de Planejamento, sendo que surgiu uma demanda mais urgente, sobre saúde mental e foi sugerido para o dia 19 de novembro, sobre o 2º quadrimestre quem apresenta é a sra. Adriana Moutinho, com redução de carga horaria , ela só pode fazer a apresentação no horário das 8h as 17h, perguntou ao pleno se a reunião do quadrimestral



pode ser remarcada no horário diurno, neste momento colocou em votação, Mariângela sugeriu perguntar a ele três datas que ela pode participar, o secretário Denilson, falou que ela tem umas questões pessoais, que seria interessante o conselho respeitar, o conselheiro Eduardo perguntou se teria outra pessoa que pudesse apresentar, foi respondido que não, Maria Clara falou que Adriana Moutinho no dia da apresentação poderia passar para outra pessoa apresentar, o secretário Denilson falou que a maioria das comissões se encontra no horário de expediente, e da dificuldade em relação ao horário, Maria Clara falou que deve ser ponto de pauta uma reunião do conselho a exposição e discursão para esclarecer dúvidas, Claudia-SEMUSA, perguntou onde estas as dúvidas que não foram apontadas por ofício, Maria Clara falou que não sabe nada em relação ao quadrimestre, a conselheira Claudia falou quem vai saber explicar todas as dúvidas seria Adriana Moutinho, até ela ensinar outra pessoa vai ser mais demorado, é um dia só pedindo para fazer em outro horário, o secretário Denilson disse que na Secretaria tem vários setores que só tem uma pessoa responsável, perguntaram se a Adriana morrer quem responde, foi respondido que seria um problema porque mais ninguém responde (plenária entrou em discursão), o conselheiro Eduardo falou que diante de tudo que foi dito em relação ao problema da Adriana, não tem muito o que fazer e sim no horário que ela possa estar presente, o secretário Denilson falou que já ouviu situações que o conselho pediu apresentação e parou alguns setores da secretaria para estar presente na reunião e não compareceu ninguém, só o sr. Vanderlei- presidente do Conselho na época, o sr. Vanderlei falou que é um absurdo o setor de Planejamento só ter uma pessoa responsável (plenária entrou em discussão para definir horário), a conselheira Maria Christina falou para os conselheiros ler o quadrimestral para no dia da reunião estar com as dúvidas anotadas, foram sete votos a favor da reunião no horário das 15 horas e dois votos contra mudar o horário da reunião, definiram o dia da reunião para 26 de novembro, o presidente ressaltou que dia 19 de novembro reunião extraordinária do conselho, pediu para o conselheiro Eduardo ler a pauta para esta reunião, esclarecimento da SEMUSA para paciente psiquiatras, admissão, diagnóstico, ações em caso de surto, acompanhamento após alta, dispensação de medicação, o conselheiro Eduardo falou que o conselho está convocado para reunião dia 19 de novembro com este assunto em pauta. O presidente Carlos Eduardo informou da reunião do Fórum da Baixada Litorânea no dia 13 de novembro no município de Saquarema, a comissão responsável pela Conferência Regional Saúde do Trabalhador, a conselheira Mariângela solicitou o Regimento do Fórum, o presidente Carlos Eduardo, informou a eleição da avançaça do conselheiro suplente da Baixada Litorânea será dia 22 de novembro no Município de Cabo Frio, a conselheira Mariângela perguntou se nesta reunião vai ser votado sobre esse regimento, se tem a ver com a eleição, foi explicado que o regimento da Baixada só informa como funciona o Fórum da Baixada Litorânea, Mariângela perguntou onde fala que somente o Fórum delibera sobre quem pode candidatar como articulador, qual regimento que rege isso, o presidente Carlos Eduardo falou que a própria comissão decidiu isso, que comentou no conselho e falou que Rio das Ostras não iria concorrer como articulador do Estado, Mariângela perguntou se foi decidido pela executiva e não passou pelo pleno do conselho, a conselheira Maria Christina falou que o Fórum não tem uma mesa executiva, ele coloca a cada reunião itinerante, foi abordado 04 quatro representantes de cada Município, no Regimento do Fórum diz a quantidade de representantes por Município, quando Rio das Ostras começar



a participar ele já tinha sido discutido, o presidente Carlos Eduardo informou que ficou agendado o mês de junho para rio das Ostras, falou do 1º Encontro da Saúde do trabalhador e Trabalhadora no dia 06 de novembro no Teatro Municipal de Rio das Ostras, com a presença de várias pessoas, da importância do encontro, Mariângela falou que foi muito bem elaborado, Maria Christina agradeceu a pessoas que tiveram a oportunidade de participar , das propostas que foram tiradas de cada eixo temático que sera encaminhado para Regional, a comissão da CISTT, para participar desta comissão não precisa ser conselheiro, as reuniões são as primeiras quinta-feira de cada mês das 14h as 17h na sala do Conselho, as ações da comissão. A conselheira Luciene-SAE, perguntou ao Secretario Denilson sobre o exame dos pacientes do SAE vai ser feito no setor, o secretário Denilson falou que vai buscar informações, conversar com os sub secretários para obter a resposta, enviar a solicitação por e-mail, a conselheira Valdirene falou que o Plano Municipal de Saúde não está publicado na página da Prefeitura, falou que tem um link quando clica não tem nada, o sr. Marcio falou que nesta semana teve um acidente muito impactante com o motoqueiro e falou de uma proposta que foi entregue a um tempo atras e queria saber do Secretario se vai ter continuidade, teve uma excelente apresentação de estatista de acidente por motos pela equipe responsável, precisa dar continuidade porque o número de óbitos por acidente de motos está crescendo, dos que ficam mutilados, gastos com remédios, cirurgias, tratamento pós acidente, foi feito através da Associação Raízes uma proposta de prevenção de acidente de motos, constava analise e levantamento de números de acidentes, reuniões com varias Secretarias envolvidas para montar um plano de prevenção, na gestão anterior foi aprovado em 2022, ação conjunta com várias Secretarias, em seguida falou que participou do Encontro Ampliado da Saúde do Trabalhador e Trabalhadora e parabenizou os responsáveis pelo evento, falou da segurança do trabalhador. Finalizando a reunião o presidente Carlos Eduardo agradeceu a presença de todos, sendo lavrada a presente ata baseada nos registros da gravação feita no dia da reunião e assinada presidente do CMS sr. Carlos Eduardo de O. Gomes.

Carlos Eduardo de Oliveira Gomes
Presidente CMS

